

Patrões não levaram amamentação para conversas com o Governo

O tema nunca foi prioridade e proposta “pode melhorar”. CIP quer partilha de encargos com Segurança Social

O tema nunca foi assunto de conversações entre o Governo e os patrões. Nem tão pouco tópico prioritário. “A questão da amamentação, não”, admite ao Expresso Armindo Monteiro, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

O líder da organização que representa as empresas admite ter levado para reuniões algumas questões que gostaria de ver alteradas na proposta de alteração da lei laboral.

“Insistimos muito nas autobaixas, mas se me pergunta sobre este ponto específico da amamentação, não é uma prioridade”, refere.

O Expresso sabe que o tópico não constava das listagens de temas e no agregado que o Ministério do Trabalho distribuiu na concertação social, em reuniões anteriores à apresentação do anteprojeto de alteração da lei laboral.

Também nas abordagens entre confederações patronais o tema não apareceu, garantiu ao Expresso fonte do sector.

Mas agora o Governo propõe que se limite a dispensa de duas horas por dia para amamentar aos dois anos de idade do bebé, quando na lei atual não tem limite desde que a mãe continue a amamentar.

Também quer um documento médico, de seis em seis meses, que comprove que a trabalhadora se mantém a amamentar, algo que na lei atual só é exigido após o primeiro ano do bebé.

Dispensa para pai e mãe

Quanto a “situações de abuso”, o presidente da CIP diz que existem — e “não são assim tão poucas”. Quantas? “Não consigo quantificar, mas está reportado.” As empresas têm reportado? “Já houve queixas de situações de irregularidade grave e evidente, mas as empresas não estão interessadas em denunciar isso publicamente.” No entanto, a Autoridade para as Condições do Trabalho não registou nenhuma queixa por parte de empresas nos últimos cinco anos nem os inspetores detetaram abusos por parte dos trabalhadores. Já da parte de quem emprega houve 23 casos de infrações que levaram a multas e advertências.

O Ministério do Trabalho, questionado pelo Expresso, não apresentou qualquer dado que fundamentasse as afirmações da ministra Maria do Rosário Ramalho acerca de alegados abusos por parte das mães na licença de amamentação.

O dirigente da estrutura patronal admite que não se deve confundir a árvore com a floresta. “A maioria [das trabalhadoras] não é oportunista, a maioria é cumpridora”, declara. É por isso que, sobre este tema, a CIP quer apenas que “se consiga separar muito bem os que têm direito dos que abusam”, mesmo assumindo que a fiscalização não é simples, porque pressupõe desconfiar dos atestados médicos passados aos trabalhadores.

Armindo Monteiro concorda, no limite, que a lei se mantenha igual desde que se aumente a fiscalização, mas faz outra proposta: “Nós, empresas, como parte de uma sociedade que precisa de encontrar soluções para a demografia, para a [baixa] natalidade, precisamos de ser agentes facilitadores. Não devemos pôr os pais — seja a mãe, seja o pai — perante uma escolha: serem pais ou serem profissionais. Dito isto, era preferível, porventura, encontrarmos uma solução que permitisse esse horário reduzido até determinada idade sem que houvesse a condição de amamentar.”

Patrões defendem horário reduzido para mãe e pai, com Segurança Social a pagar metade

Por isso diz que a CIP vai propor que, até ao primeiro ano da criança, mãe e pai tenham direito a uma dispensa de duas horas diárias sem necessidade de atestados médicos e independentemente da amamentação. “É [dispensa] para apoio ao filho, até pode ser para brincar.” A ideia vai além da legislação que existe atualmente, que concede a um dos pais essa possibilidade, através da dispensa para aleitação até ao primeiro ano de idade do bebé. Neste caso seria para ambos os progenitores. A condição da estrutura patronal é que seja o Estado a pagar metade dessa fatura. “Assim acaba-se com esta desconfiança e assume-se que é um benefício para a criança no direito de ter o acompanhamento, sem se penalizar por completo as empresas.”

A sugestão da CIP vem deixar o Governo praticamente sozinho na proposta que faz para “regular” a dispensa para amamentação. Pelo menos contando com as entidades que já se pronunciaram.

Contactado pelo Expresso, o presidente da Confederação do Comércio e dos Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, disse que não se pronunciará para já. “Fá-lo-emos no princípio de setembro e tomaremos posição pública”, escreveu.

Helena Bento e Joana Ascensão hbento@expresso.impresa.pt